

COMUNICAR ACERCA DO CONTEÚDO DE OUTRAS MENTES

Andrew Woodfield  
Universidade de Bristol  
(Tradução de Edson Françaço)

Quando falantes do inglês relatam o pensamento ou crença de uma pessoa, eles normalmente o fazem pela enunciação de uma sentença que contém um sujeito seguido por um verbo de pensamento seguido por um complemento. O complemento é um sentença completa introduzida pela palavra that [port. 'que'], cuja função básica é especificar o que o sujeito pensa ou crê. Por exemplo, o falante enuncia Sally thinks that elephants are aquatic ['A Sally pensa que elefantes são aquáticos'], e o ouvinte, pela compreensão da sentença encaixada elephants are aquatic identifica o conteúdo do pensamento que o falante atribuiu a Sally. Diremos que o falante que enuncia uma sentença dessa forma atribui um certo conteúdo ao estado cognitivo do sujeito e que o ato-de-fala assim produzido é uma atribuição de conteúdos. Por extensão, poderemos dizer que a própria sentença é uma atribuição de conteúdo, nesse caso uma atribuição de conteúdo em inglês, mas o ato-de-fala de atribuição de conteúdos não é, claro, essencialmente vinculado ao inglês. Conteúdos podem ser atribuídos em qualquer língua.

Suponha que agora perguntermos: qual a relação entre a atribuição de conteúdo e o próprio conteúdo intencional? A primeira é uma atividade comunicativa interpessoal, enquanto o segundo é uma característica do estado cognitivo existente na mente de um sujeito. O motivo filosófico de perguntas sobre a relação entre eles poderia ser o de explicar essa característica. Uma resposta possível seria: o conteúdo de um pensamento é aquilo que é atribuído por uma atribuição de conteúdo verdadeira. Mas essa resposta não ilumina muito. Queremos principalmente saber o que torna verdadeira uma atribuição [de conteúdo] verdadeira, na expectativa de descobrir algo sobre a natureza do próprio conteúdo. Contudo, é possível investigar a relação de maneira mais iluminadora. Em um importante artigo intitulado "Individualism and the mental", Burge (1979) elabora o seguinte argumento. O julgamento das pessoas sobre o que seria certo dizer quando se atribui um conteúdo ao pensamento de alguém revela muito acerca de sua noção (implícita) de conteúdo. Nós, filósofos, refletindo sobre nossas próprias práticas de atribuição [de conteúdos], poderemos portanto descobrir algo sobre a noção de conteúdo predominante em nossa cultura. Além disso, essas desco-

bertas sobre como nós em nossa cultura definimos conteúdo servem como dados sobre os quais erigir certas teses filosóficas acerca da verdadeira natureza do conteúdo. Essa é, muito grosseiramente, a estratégia que Burge adota, e ele chega a uma conclusão surpreendente. De acordo com Burge, em muitos casos o conteúdo intencional não é fixado apenas pelo que está na mente daquele que pensa, mas depende essencialmente de traços da comunidade social e lingüística no qual aquele que pensa está imerso. Em outras palavras, o individualismo no que diz respeito a estados mentais é falso.<sup>1</sup>

Para avaliar essa afirmação, temos é claro, de examinar com muito cuidado o que Burge entende por 'individualismo' e porque ele o acha falso. Neste artigo, proponho-me explicar o argumento central de Burge, que envolve um engenhoso experimento mental [Gedankenexperiment]. Discutirei brevemente as implicações do argumento, e então tentarei demonstrar que existe uma explicação alternativa dos dados que é metodologicamente preferível à de Burge, e que é compatível com o individualismo acerca do conteúdo intencional.

O experimento mental de Burge tem três estágios.

Primeiro estágio: Sam na Ingle-terra. Uma certa pessoa, Sam, normal, inteligente, habitante de uma comunidade de falantes do inglês, tem várias crenças sobre arthritis ['artrite']. Por exemplo, ele acha que tem artrite nos pulsos e nos tornozelos, ele acredita que há vários tipos de artrite, que a artrite faz sentir dor, que seu pai teve artrite, e assim por diante. Um dia, após sentir uma forte dor em sua coxa, ele começa a crer falsamente que tem artrite na coxa. Sam vai a seu médico e manifesta sua nova crença. O doutor diz a Sam que é impossível ter artrite na coxa, uma vez que a artrite é, por definição, uma doença das juntas. Sam, em decorrência, abandona sua crença, em consideração aos superiores conhecimentos médicos do doutor.

Segundo Estágio: Sam na Burge-lândia. Imagine agora a seguinte situação que é a contraparte da anterior. Tudo sobre Sam, descrito em linguagem não-intencional, permanece o mesmo, até e incluindo o momento em que ele relata seu problema ao médico. Sam está sujeito aos mesmos estímulos físicos através de toda sua vida até aquele momento, ele passa pela mesma seqüência de estados internos, físicos, e produz todos os mesmos movimentos e os mesmos sons vocais. Contudo o ambiente social no qual agora Sam habita é ligeiramente diferente. A linguagem falada na sua comunidade difere do inglês no seguinte aspecto: a palavra arthritis tem uma aplicação padrão não apenas à artrite, mas também a vários outros males de tipo reumático. Nessa comunidade, quando Sam vai ao médico e enuncia I have arthritis in my thigh ['Estou com artrite em minha coxa'] o doutor não replica que isso é impossível. Ele examina Sam e talvez confirme seu diagnóstico. Neste ponto da história, o curso dos eventos começa a divergir do curso dos eventos na Ingle-terra, e o sistema interno de processamento de informações de Sam é causalmente afetado de uma forma diferente. Mas, antes deste ponto, como disseros, os estados físicos e funcionais de Sam eram exatamente os mes-

mos tanto na Ingla-terra quanto na Burge-lândia. Como poderia ser isso? Muito simples. As experiências passadas de Sam que envolviam a palavra arthritis foram adquiridas através de leitura e de conversação ocasional. Embora isso lhe forneça alguma informação sobre como usar a palavra, ele não tem domínio completo de seu significado. Em particular, Sam, em sua vida até o momento em questão, nunca tinha sido exposto a qualquer estimulação lingüística que refletisse as diferenças entre as duas comunidades lingüísticas. Podemos resumir o segundo estágio do experimento mental dizendo que Sam poderia ser o mesmo em todos os aspectos físicos, funcionais e até subjetivos, não-intencionalmente descritos, mesmo morando em uma comunidade onde a palavra arthritis significa algo diferente do que ela significa em inglês normal.

Terceiro Estágio: o que Sam pensa na Burge-lândia. O estágio final tem a ver com os juízos e intuições das pessoas sobre conteúdos intencionais. Devemos nos perguntar: quando Sam enuncia I have arthritis in my thigh no segundo caso, quais crenças ele tinha? Muito cuidado e atenção são necessários para responder a essa pergunta. Mas depois de uma reflexão adequada a maioria de nós concordará (diz Burge) que Sam não crê (ou pensa) que tivesse artrite na coxa. Provavelmente ninguém na Burge-lândia tem o conceito de arthritis, e portanto ninguém, incluindo Sam, tem quaisquer crenças envolvendo esse conceito. Claro, eles têm uma palavra que parece igual à palavra inglesa, mas ela tem uma extensão e uma intensão diferentes, e certamente não corresponde ao mesmo conceito. Se alguém na Burge-lândia devesse atribuir conteúdo à crença de Sam, ele ou ela sem dúvida enunciaria a atribuição (na língua da Burge-lândia) Sam believes he has arthritis in his thigh ['Sam acredita que tem artrite na sua coxa']. Mas as pessoas desse lugar, ao enunciar essa sentença atribuem uma crença distinta daquela que nós [falantes de inglês] atribuiríamos se pronunciássemos os mesmos sons. A diferença é bastante aparente, pois a crença que estaríamos atribuindo é um falsa crença, enquanto que a crença que os falantes da língua da Burge-lândia estariam atribuindo poderia ser uma crença verdadeira. Parece que somos forçados a concluir, portanto, que os conteúdos intencionais de nosso sujeito são diferentes nos dois contextos sociais, muito embora tudo o mais sobre ele, considerado como um indivíduo, permaneça absolutamente fixo. O traço que dá conta da diferença dos estados psicológicos (intencionais) localiza-se fora dos limites físicos de Sam.

Essa é a conclusão que Burge tira, e que implica na negação do 'individualismo', no sentido de Burge. Note que o argumento não tem nada a ver com o fato óbvio de que os pensamentos, crenças e outras atitudes de um indivíduo são influenciadas e moldadas pela cultura na qual ele ou ela é educado(a). Ninguém, nem mesmo o individualista mais ferrenho, negaria isso. A afirmação de Burge é, ao contrário, que a identidade de um pensamento ou conteúdo de uma crença é em parte constituído socialmente, na medida em que o ambiente social ajuda a determinar qual conteúdo é o conteúdo correto para se atribuir. Vale a pena lembrar que os traços relevantes dos ambientes lingüísticos da Ingla-terra e da Burge-lândia são traços que não agiram causalmente sobre Sam quando Sam formou a crença em questão. A determinação não é causal, mas lógica.

Se a conclusão de Burge é correta, então a tradição dominante na filosofia da mente, desde Descartes, passando por Locke, Hume, Kant, até a fenomenologia e a psicologia cognitiva contemporânea, está seriamente comprometida. Pois é uma assunção central nessa tradição que os conteúdos da mente são fixados pelas representações que o sujeito faz do mundo externo, e não pelo próprio mundo externo. Essa assunção é muito claramente afirmada por Fodor (1980: 64): "one's experiences (and a fortiori one's beliefs) might have been just as they are even if the world had been quite different from the way that it is". ["as experiências (e a fortiori as crenças) de alguém poderiam ser exatamente como são mesmo se o mundo fosse muito diferente do que ele é"] Fodor prossegue argumentando que essa assunção deve reger nossa concepção do terra da psicologia, ou pelo menos, do tipo de psicologia que pretende ser científica. A mente deve ser vista como um tipo de computador cujo funcionamento reflete-se nos processos físicos no cérebro. Se duas pessoas diferem em qualquer aspecto psicológico, essa diferença deve ser espelhada em uma diferença entre seus cérebros; se duas crenças diferem em conteúdo intencional, isto é porque elas são mediadas por representações mentais distintas. Mas o experimento mental de Burge parece contradizer esse último ponto, uma vez que as representações internas de Sam permanecem as mesmas, mas os conteúdos de suas crenças diferem, dependendo de em que universo social ele vive. A visão que Burge propõe ecoa em alguns dos escritos de Hegel, de Frege, e de Wittgenstein, na medida em que os pensamentos (ou conteúdos de pensamento) são entidades sócio-lingüísticas. Essa idéia naturalmente faz nascer toda sorte de interessantes especulações. Por exemplo, ela sugere que a sociologia deve ser em um certo sentido mais básica que a psicologia, que as representações coletivas (signos e símbolos públicos) podem ser lógicas ou ontologicamente prévios às representações mentais, que o pensamento depende da linguagem e não ao contrário, e assim por diante. Mas vamos refletir um pouco mais sobre o argumento.

Burge pode estar certo em seu diagnóstico sobre o que as pessoas diriam quando confrontadas com seu experimento mental. Mas qual o peso que deve ser dado ao que as pessoas diriam? Em geral, as intuições lingüísticas ordinárias fornecem uma base pouco sólida para construir uma teoria filosófica. Os críticos da assim chamada "filosofia da linguagem ordinária" que era característica em Oxford na década de 1950 frequentemente defendiam a tese de que a linguagem ordinária é um repositório não apenas de sabedoria popular mas também de ignorância popular e de confusão conceptual popular. Mais ainda, é bem sabido que as intuições lingüísticas são por demais uma função de teorias e atitudes prévias, e que tais intuições são frequentemente de alta maleabilidade. Por exemplo, eu me convenci do argumento de Burge quando li o artigo pela primeira vez, mas agora sinto-me seguro de que a conclusão é falsa: tenho agora uma forte intuição de que o conteúdo da crença de Sam é realmente a mesma, qualquer que seja o grupo lingüístico que aconteça de estar à sua volta num certo momento. Uma vez que essa convicção é central à minha atual (e teoricamente reforçada) noção de conteúdo, eu gostaria de poder tentar explicar o que realmente acontece no experimento mental e porque outras pessoas são seduzidas por ele.

O primeiro passo, parece-me, é distinguir muito claramente entre a teoria do conteúdo, que diz o que o conteúdo mental realmente é, e a teoria da especificação do conteúdo, que diz o que as pessoas fazem quando elas atribuem conteúdo a outras mentes (ou às suas próprias mentes). O segundo passo é ver que os fenômenos descobertos por Burge podem todos ser explicados por uma teoria do último tipo, isto é, por uma teoria da especificação.

Tentei desenvolver essa teoria num artigo recente (Woodfield 1982). As idéias principais podem ser aqui sumarizadas de maneira muito breve. Pensamentos são estados psicológicos que tem papéis característicos no raciocínio dedutivo, indutivo e prático. Todo pensamento é um elemento numa rede de pensamentos reais e possíveis, e mantém relações inferenciais características com esses outros em virtude de ter um conteúdo intencional específico. A rede de possíveis pensamentos para S no sistema cognitivo de S, e a função de cada elemento (pensamento) nesse sistema é chamada de 'papel cognitivo'. O conteúdo intencional de um pensamento é, portanto, parcialmente uma questão de seu papel cognitivo intra-sistêmico. Suponha agora que um certo psicólogo conheça tudo sobre a estrutura do sistema cognitivo de S, ou pelo menos, conheça tanto sobre S quanto um engenheiro que projeta computadores conhece sobre a máquina de jogar xadrez que ele próprio construiu. O psicólogo conhece todos os possíveis estados cognitivos de S, e ele poderia, se quisesse, atribuir um número para cada estado como uma marca de identificação. Ele poderia também, teoricamente, escrever um manual descrevendo o papel cognitivo de cada estado. Este conteria um verbete como: "Estado 7498296 - Sob condições  $C_{738}$ , interage com o estado 2974860 para produzir uma instanciação do estado 2086049; interage com o estado 8594038 para elevar para uma probabilidade de 0.9 que S passe para o estado 6492734;..." e assim por diante. Não importa se o manual realmente se pareceria com isso. O importante é que nosso psicólogo está identificando os estados, usando números; mas os números são apenas etiquetas que não lhe dizem nada acerca de como os estados interrelacionam-se funcionalmente. Todas as informações do papel cognitivo tem que ser explicitamente colocadas no manual.

Há, contudo, um método alternativo possível de etiquetar os pensamentos de S. Podemos conceber uma língua pública (inglês, português, etc.) como um sistema de elementos (sentenças) no qual cada sentença ocupa uma certa posição em relação a todas as outras sentenças em virtude de seu papel semântico. O papel semântico de uma sentença é seu significado intra-sistêmico. Há uma analogia óbvia entre a idéia de um sistema lingüístico e a idéia de um sistema cognitivo. Suponha que exista uma certa língua pública  $L_M$  cujos elementos sentenciais formam uma rede semântica que tem a mesma organização funcional que a rede cognitiva de S. Então a língua  $L_M$  é um modelo do sistema cognitivo de S. A cada estado cognitivo corresponde uma sentença de  $L_M$ , tal que o papel cognitivo do estado em S é análogo ao papel semântico da sentença em  $L_M$ . As sentenças podem portanto ser usadas, como os números, como marcas de identificação para estados de pensamento, mas, diferentemente dos números, em cada sentença está codificada uma certa quantidade de informação sobre o papel funcional do estado.

É desnecessário escrever um manual que especifique essa informação. O psicólogo pode extrair exatamente as mesmas informações simplesmente inspecionando a sentença-etiqueta e decodificando-a. Por 'decodificando-a', tudo o que queremos dizer aqui é 'entendendo-a', e estamos assumindo que o psicólogo pode entender a língua-modelo. Se ele não pode entendê-la, então é claro ele ainda necessitará consultar o manual no qual as sentenças de L aparecem como verbetes seguidos por descrições, numa língua que ele possa entender, dos papéis cognitivos dos estados etiquetados.

Embora essa rápida descrição da teoria seja obviamente muito simplificada, ela é suficiente para dar a idéia geral. Atribuições de conteúdo, de acordo com a teoria, são essencialmente analogicas. Isso quer dizer que aquele que atribui [conteúdos] identifica o pensamento de S selecionando um certa sentença que é funcionalmente análoga ao pensamento, relativamente à analogia global entre o sistema cognitivo de S e a língua da qual a sentença foi tirada. O truque é, claro, que a língua-modelo que aquele que atribui [conteúdos] emprega é a própria língua na qual ele se comunica. As pessoas dominam a técnica de atribuição [de conteúdo] por meio de oratio obliqua sem terem consciência de que estão explorando sua própria língua como um modelo de S, e sem conhecerem a teoria. Elas aprendem a pensar e falar sobre outras mentes através do modelo. Da mesma forma, os ouvintes identificam o conteúdo de pensamento atribuído a S identificando sua etiqueta ou marca de identificação no modelo, mas eles não pensam sobre a sentença encaixada (iniciada por that) como uma etiqueta. Eles de fato executam o processo de decodificação da etiqueta, e assim entendem o que S pensou (ou melhor, o que se diz que S pensou) entrando num estado cognitivo que é similar ao estado no qual S estava (ou se supunha que tivesse estado).

Essa técnica, de modelar as mentes de outras pessoas em uma língua, é claramente útil para nós. Se ela não tivesse nenhum valor preditivo ou explicativo, não a usaríamos. Contudo, sua utilidade baseia-se em alguns fatos contingentes, o mais importante dos quais é o fato empírico de que as estruturas cognitivas da maioria dos seres humanos são realmente similares à estrutura semântica de uma língua pública. Mas note que devemos falar aqui mais de similaridade do que de identidade. Provavelmente não existem dois indivíduos que tenham exatamente a mesma estrutura cognitiva, e provavelmente ninguém tem uma estrutura cognitiva que seja exatamente isomórfica à estrutura de qualquer língua realmente existente. Portanto, qualquer que seja a língua que venha a ser usada como uma língua-modelo, certamente o modelo é imperfeito para qualquer assunto dado, e além disso, ela será mais imperfeita para alguns assuntos do que para outros. No contexto de um modelo imperfeito, uma certa especificação de conteúdo não pode ser mais do que aproximadamente verdadeira. Nossa tarefa como atribuidores [de conteúdos] é selecionar a sentença cujo papel semântico esteja o mais próximo do papel cognitivo do pensamento. Esse é o máximo que podemos esperar, dadas as limitações do modelo. Poderíamos, claro, tentar encontrar outra língua que fornecesse um modelo global mais perfeito de S e então especificar o conteúdo do pensamento do S através de uma sentença nessa outra língua. Mas a maioria das pessoas não está em condições de trocar de língua a seu bel-prazer, e nem está

sempre em condições de saber que a língua X é um modelo melhor de S do que a língua Y. Eles realmente, contudo, têm razão em acreditar que a própria língua nativa de S será o melhor modelo disponível da organização mental de S, e portanto que uma atribuição [de conteúdo] expressa nessa língua tem a melhor chance de ser a mais acurada. Não obstante, mesmo as atribuições [de conteúdos] em língua nativa nunca serão perfeitamente acuradas.

A relação entre um indivíduo e a língua falada na sociedade desse indivíduo é mais ou menos parecida com a relação entre sapatos e padrões de tamanho de sapatos. A todo par de sapatos fabricado na Inglaterra se atribui um tamanho com base na escala de tamanhos de sapatos ingleses. Se examinarmos atentamente um conjunto de sapatos que sejam todos classificados como, por exemplo, tamanho 8, descobriremos que eles não têm todos exatamente o mesmo tamanho quando medidos em milímetros. De fato, a idéia de que eles poderiam ter exatamente o mesmo comprimento, largura e profundidade está fora de questão, uma vez que isso iria requerer que todo sapato inglês de tamanho 8 tivesse exatamente o mesmo estilo e formato - o que não é o caso. A razão para se ter uma escala nacional de tamanho de sapatos é facilitar o agrupamento de sapatos por meio de um critério prático. O que as pessoas precisam saber é: o sapato vai me servir? Da mesma forma, a prática da atribuição de conteúdos desenvolveu-se, quero afirmar, porque as pessoas precisam perguntar: poderos levar esta pessoa a sério? Podemos enquadrá-lo(a) naquilo que, para nós, faz sentido?

Algumas vezes, especialmente quando o sujeito [=falante] em questão vem de uma cultura diversa da nossa, temos dificuldade em especificar um conteúdo para suas crenças. Os falantes de inglês, por exemplo, têm uma certa dificuldade em especificar exatamente o que um brasileiro está pensando se ele exprime seu pensamento dizendo Eu tenho saudades de você (aproximadamente ing. "I miss you", "sinto falta de você"). A explicação para essa dificuldade, de acordo com a teoria, é que a língua inglesa não tem uma única sentença que poderia ser chamada de a melhor etiqueta, i.e., a mais próxima, com respeito a seu papel semântico, ao papel cognitivo do pensamento. O que o inglês realmente tem é um conjunto de sentenças diferentes, nenhuma das quais é completamente adequada. Além disso, nenhuma delas é claramente melhor que as outras. Um atribuidor [de conteúdo] em inglês tem que dar um jeito com uma ou outra delas, e a escolha será frequentemente determinada por fatores estranhos ao desejo de acuidade, tais como os propósitos e interesses do atribuidor [de conteúdo] e o contexto conversacional no qual ele faz sua atribuição. A mesma situação frequentemente aparece mesmo se o sujeito é um falante nativo de inglês, porque o inglês, como qualquer outra língua, não é nunca um modelo perfeito de um sujeito [=falante]. O atribuidor [de conteúdos] não consegue capturar exatamente o pensamento de S em inglês, mas tem que selecionar um sentença-conteúdo que seja a melhor, relativa aos interesses e ao contexto disponíveis.

Vamos agora aplicar essa teoria de especificação de conteúdos ao exemplo de Burge. No primeiro passo do experimento mental, descobrimos que Sam não dominou completamente o significado da palavra inglesa arthritis. Portanto não seria es-

tritamente verdadeiro dizer que ele tem um conceito cujo papel na cognição é exatamente análogo ao papel semântico de arthritis em inglês. E isso implica, de acordo com a teoria, que não é muito exato dizer que Sam tem o conceito de artrite. Ele tem um conceito que é similar a um conceito-arthritis, mas o papel desse conceito em seu pensamento não tem uma analogia em inglês. Mas também descobrimos dois outros fatos importantes. Primeiro, o próprio Sam nesse estágio usou a palavra arthritis como sua própria etiqueta para o conceito em questão. Segundo, quando o médico o corrige, ele aceita a palavra do médico e rejeita sua crença anterior, aquela expressa dizendo I have arthritis in the thigh. Vamos chamar isso de uma 'reação de correção'. É característico de pessoas inteligentes exibir tais reações de correção quando descobrem que estiveram usando erroneamente uma palavra. E uma maneira de descrever o que Sam está fazendo é dizer que ele altera a estrutura de suas crenças de tal forma que o conceito ao qual ele no futuro vai atribuir a etiqueta 'artrite' realmente tem em seu pensamento um papel que está mais próximo ao papel semântico daquela palavra na língua inglesa. Essa política traz vantagens óbvias. Ela significa que os pensamentos futuros de Sam têm uma melhor chance de ser entendidos e de ser corretamente relatados por seus companheiros. Esses dois fatos, que ele usou a palavra, e que ele corrigiu sua crença quando descobriu que havia usado mal a palavra, ajudam a justificar termos dito que Sam acreditava que tinha artrite na coxa, muito embora essa nossa sentença-conteúdo não seja perfeitamente correta. No contexto que Burge nos fornece, essa sentença parece ser a melhor etiqueta disponível porque ela nos permite racionalizar o comportamento de Sam pela citação dessa crença. Qualquer ouvinte que entenda inglês pode ver porque, dada essa crença, Sam diz o que diz ao médico, e pode ver porque, em face da réplica do médico, Sam abandona essa crença. Essas vantagens explicativas nos inclinam a aceitar como verdadeira (como aproximadamente verdadeira) a sentença Sam thought he had arthritis in the thigh ['O Sam pensou que tinha artrite na coxa'].

Voltando a atenção agora para o terceiro estágio do experimento, vejamos se a teoria pode explicar porque rejeitamos a mesma sentença quando Sam está na Burge-lândia. Eu concordo com Burge que a maioria de nós a rejeitaria. Preferiríamos dizer Sam thought he had rheumatism ['O Sam pensou que estava com reumatismo'], ou algo do gênero. A razão parece bastante clara: usando esta sentença para caracterizar o pensamento de Sam, podemos explicar o que acontece na Burge-lândia. Se continuássemos a utilizar a sentença original, não poderíamos explicar tão bem a situação mais geral. Sem entrar em tediosos detalhes, observemos apenas os seguintes fatos (ou extrapolações plausíveis dos fatos conforme estabelecidos por Burge). Primeiro, o doutor poderia confirmar o diagnóstico de Sam. Isto é, o doutor poderia vir a acreditar que a crença de Sam era verdadeira. Uma vez que nada há de problemático nisso, não pretendemos caracterizar a crença de Sam de uma maneira que a fizesse parecer problemática para o ouvinte. Segundo, já sabemos que Sam está disposto a exibir uma reação de correção caso uma autoridade o corrija, e que a base racional para uma tal disposição é que é do interesse de qualquer um ter conceitos que sejam mapeáveis na língua

do ambiente. A língua na comunidade de Sam será pois um modelo melhor da mente de Sam do que ela é agora, na medida em que Sam mais se expõe a ela. É uma boa política heurística, portanto, enfatizar atribuições de conteúdo em Burgelandês como superiores às atribuições de conteúdo em inglês. Eu testei o experimento mental com algumas pessoas, e descobri que elas muito frequentemente colocavam bastante peso nisso. Elas deixavam a imaginação solta por algum tempo e reconstruíam o que as pessoas na Burge-lândia diriam. O que elas diriam é um fator que levamos em consideração quando decidimos o que nós deveríamos dizer. E, é claro, elas diriam, na Burge-lândia, Sam thinks he has arthritis ['O Sam pensa que tem artrite']. Nossa tarefa é então traduzir esta atribuição [de conteúdo] para o inglês, da mesma forma que o faríamos para qualquer outra língua estrangeira, tendo em mente o ponto enfatizado por Burge no estágio dois, que a palavra deles não significa arthritis. Portanto evitaríamos utilizar essa palavra a todo custo, no processo de decidir como etiquetar o pensamento de Sam na Burge-lândia.

Talvez haja outros fatores agindo aqui também, mas eu já disse o suficiente para mostrar como os requisitos explicativos e a heurística conversacional podem influenciar nossa escolha de sentenças-conteúdo em casos onde haja vários e igualmente imperfeitos candidatos. Falta agora reconsiderar o ataque de Burge ao individualismo e avaliar a sua afirmação de que o conteúdo intencional de um pensamento ou crença é parcialmente uma função do ambiente social do sujeito.

Penso que Burge poderia concordar com algumas das coisas que eu disse a respeito da base racional de nossas práticas de atribuição [de conteúdos]. A diferença entre nós parece resumir-se no seguinte: de acordo com Burge, tais práticas revelam que temos uma noção de conteúdo de tal forma que o próprio conteúdo pode variar, muito embora nada de físico varie internamente no indivíduo; o que eu penso é que as mesmas práticas revelam que nossas atribuições de conteúdo são sensíveis a todos os tipos de informações prévias, inclusive informação sobre o ambiente social do sujeito, embora não tratemos, ou não devêssemos tratar, tal variabilidade como prova de que o conteúdo em si próprio varia. Eu discordo de Burge em como explicar o fato de que as atribuições [de conteúdo] variam.

Tentarei agora convencê-los de que minha explicação é metodologicamente preferível. Vou argumentar que há casos onde nossas atribuições [de conteúdos] mudariam embora o ambiente lingüístico e social permanecesse o mesmo, e que a explicação para essa variabilidade é fundamentalmente a mesma que a explicação que dei para o caso de Burge. Dado que este tipo de explicação é adequada, e dado que ela será de qualquer forma necessária para casos não-Burgeois, a hipótese explicativa do próprio Burge é supérflua.

Para defender minha tese, gostaria de voltar ao Estágio Um no experimento mental e desenvolver um pouco mais a história de Sam na Ingla-terra. Retomamos a história no ponto onde Sam ouve o doutor inglês dizer, "É impossível que você tenha artrite na coxa. Artrite é uma doença das juntas". Sam foi corrigido. Suponha agora que Sam reflita um pouco mais. Nenhuma suposição nova é necessária sobre a sua orga-

nização física e funcional - podemos supor que ele já estava 'programado' para efetuar essas reflexões ulteriores. Esse é um fato sobre Sam que a descrição de Burge não inclui nem exclui. Suponhamos então que Sam diz para si mesmo, ou diz em voz alta, "Espere! Eu não sou tão tolo como o doutor me faz parecer. Meu pensamento original não era nem um pouco falso! O que aconteceu foi que eu me expressei mal e enunciei uma sentença falsa. Eu cometi um erro lingüístico porque eu tinha uma crença falsa acerca da palavra arthritis. Vou abandonar essa crença lingüística, mas não preciso abandonar o pensamento original. Aquele pensamento era verdadeiro."

Vamos terminar a história nesse ponto. Temos agora mais informações sobre os processos de pensamentos de Sam. Sabemos mais sobre o papel funcional do pensamento em questão no interior do sistema cognitivo de Sam. É o tipo de pensamento que, junto com suas outras crenças e atitudes prévias, fazem com que ele passe por essa seqüência de reflexões. Portanto vamos novamente perguntar, qual era o conteúdo desse pensamento? A maioria das pessoas alteraria, penso, sua atribuição de conteúdo. O procedimento mais generoso é aceitar a visão do assunto revista pelo próprio Sam, a saber que o pensamento que ele teve não era o de que ele tinha artrite na coxa. Especificar isso dessa forma é, e sempre foi inadequado.

Aceitando-se que as pessoas estariam preparadas para modificar suas atribuições [de conteúdo] dessa forma, qual é a explicação para a mudança? A resposta é certamente óbvia. Ao fornecer os dados adicionais, eu já alterei a percepção das pessoas sobre o que na situação necessita ser explicado. Elas escolhem a atribuição de conteúdo que faz mais sentido para o comportamento de Sam e suas conseqüências causais. Anteriormente, as pessoas tinham que chegar a um sentido a partir da resposta do doutor e da reação de correção de Sam, enquanto que agora elas têm que escolher uma atribuição [de conteúdo] que faça sentido a partir dessas coisas mais os pensamentos ulteriores de Sam sobre sua reação de correção. Muitos tipos de mudança na situação, ou novos fatos sobre a situação, podem afetar as percepções das pessoas acerca do que primariamente precisa ser explicado. No presente caso, acontece que a informação nova é puramente sobre o Sam. Nossa atribuição de conteúdo muda, embora não haja mudança no ambiente lingüístico e social de Sam. No experimento mental de Burge, há uma mudança no ambiente lingüístico. Mas a razão de porque nossas atribuições [de conteúdos] mudam é o mesmo tipo de razão que antes, a saber, que nosso conhecimento do ambiente mudado afeta nossa percepção daquilo que necessita ser explicado. A situação metodológica pode ser resumida de maneira bem simples. Atribuições de conteúdo são hipóteses explicativas. A melhor atribuição [de conteúdos] é aquela que melhor racionaliza o explanandum. Portanto, a atribuição [de conteúdo] que escolhermos depende daquilo que percebermos ser o explanandum.

Haverá filósofos de uma persuasão 'hermenêutica' que veriam esses fatos sobre a situação epistemológica do atribuidor [de conteúdos] como determinantes do conteúdo intencional na mente do sujeito. Mas Burge não é um desses filósofos. Nunca foi parte do plano de Burge argumentar que alterações na concepção da situação pelo atribuidor [de conteúdos] constitutivamente afetam os conteúdos de Sam. Nada do que

Burge diz sugere que ele pensa que o conteúdo não é uma propriedade real, objetiva. Ele pensa apenas que ela é uma propriedade de um sujeito-num-ambiente-linguístico. Eu tentei mostrar que os fatos sobre o ambiente linguístico podem afetar a caracterização do conteúdo feita por um atribuidor [de conteúdos], mas eles não o afetam. Se você é um realista acerca do conteúdo intencional, você deve também ser um individualista sobre o conteúdo.

---

#### NOTAS

1. Num artigo ulterior, Burge (1982) argumenta que fatos sobre o ambiente físico do sujeito também têm um papel constitutivo na fixação da identidade de seus conteúdos de pensamento. Contudo, a influência do ambiente físico é mediada por fatos sobre a língua utilizada na comunidade social do sujeito. Há portanto um claro sentido em que o argumento em Burge (1979) é mais central e básico à sua posição geral.

---

#### BIBLIOGRAFIA

- BURGE, T. 1979 "Individualism and the mental". in. P.A. French, T.E. Uehling and H.K. Wettstein (eds.) Midwest studies in philosophy N: Studies in metaphysics. Minneapolis: University of Minnesota Press, 73-121.
- \_\_\_\_\_ 1982 "Other minds" in. A. Woodfield (ed.), 97-120.
- FODOR, J.A. 1980 "Methodological solipsism considered as a research strategy in cognitive psychology". The Behavioral and Brain Sciences 3.3-109.
- WOODFIELD, A. 1982 "On specifying the contents of thoughts" in. A. Woodfield (ed.), 259-297.
- \_\_\_\_\_ (ed.) 1982. Thought and object: Essays on intentionality. Oxford; Clarendon Press.